

# Desigualdade planejada



31/03/2022 - 21:26

Depois de quase dois anos, a pandemia escancarou a crise econômica no país. O cenário provocou forte desemprego, perda substancial da renda, crescimento da miséria e, conseqüentemente, o aumento exponencial de novas ocupações e do número de pessoas que foram empurradas para as ruas.

Na Grande Goiânia, mais de duas mil pessoas passaram a morar em ocupações durante a pandemia. A população em situação de rua cresceu 33%, entre março e agosto de 2021. Em sua maioria, são famílias que foram removidas ou despejadas por não terem condições de pagar aluguel. Acredita-se que o número atual seja bem maior. Sem Censo e sem dados públicos atualizados, estamos sem noção da realidade.

Nesse período, assistimos à revisão do Plano Diretor, em um processo que revelou o projeto para os próximos 10 anos da cidade de Goiânia: a manutenção de uma capital desigual, excludente e com antigos problemas na mobilidade e meio ambiente.

Não foram poucas as reuniões dos grupos de trabalho e a sociedade. Mas faltou compromisso, atenção e transparência, tanto da parte da Prefeitura quanto da Câmara, sobre o que de fato estava sendo debatido. Faltaram leis e emendas referenciadas em mapas, como também faltaram mapas legíveis e a devida publicidade dos documentos em tempo hábil para diagnóstico. Faltou apresentação formal à população do conteúdo do texto proposto e votado. E, principalmente, faltou ouvir a população dos bairros, incluindo os grupos que, historicamente, são excluídos, silenciados e negligenciados do debate e do planejamento da cidade: as ocupações e periferias.

Continue lendo

Mais lidas

- 1 Desigualdade planejada
- 2 Preconceito de gênero e racial
- 3 Indignação, indigna nação
- 4 É preciso frear os combustíveis
- 5 Democracia, censura e limites

62 99995 2795

BUSCAR

ELISA

ANUNCIE AQUI

ASSINE JÁ

A partir de  
R\$4,90

CAPA POLÍTICA ECONOMIA MUNDO CIDADES ESPORTE MAGAZINE LUDOVICA OPINIÃO INFOMERCIAL BIBLIOTECA PUB. LEGAL  
PODCAST DIGITAL

**desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público durante a pandemia. Ao mesmo tempo, a capital possui 110 mil imóveis sem edificações ou subutilizados, o que corresponde a 26% do território urbano. Além disso, mais de 80% das suas áreas públicas municipais estão vazias, sem uso, segundo levantamento do POPULAR. Essas áreas poderiam ser destinadas para moradias populares, que historicamente são implantadas nos extremos da cidade.**

Invisibilizados no Plano, sem renda, ocupando áreas de risco, sem infraestrutura básica, e sob ameaça constante, a população das ocupações vive em total insegurança social. Para piorar, enfrenta dificuldade em acessar políticas públicas de transferência de renda, que exigem em sua maioria residência fixa e comprovantes.

A cidade que tem sido desenhada oculta a cidade real, em plena crise sanitária e habitacional. A suspensão dos despejos pela ADPF 828 foi prorrogada até o fim de junho, mas a pergunta permanece: até quando as famílias poderão contar com essa decisão? Moradia é direito de todas as pessoas.

É necessário construir uma ampla articulação popular, para enfrentar os atuais e futuros desafios da capital. Mas, sobretudo, as políticas públicas precisam mirar na superação das desigualdades e universalizar o acesso à moradia. Neste momento, é fundamental que os gestores construam estratégias de transição, a fim de evitar o agravamento da crise que poderá resultar de novas reintegrações de posse.

**Escolha seu assunto favorito.**

<input type="checkbox"/> Notícias do Atlético	<input type="checkbox"/> Notícias do Goiás E. C.	<input type="checkbox"/> Notícias do Vila Nova
<input type="checkbox"/> Destaques de Impresso	<input type="checkbox"/> Edição de Domingo	<b>+</b> Ver mais assuntos

**Newsletter**